



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 25/11/2025 12:26:49.857 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 1324/2021

PRL n.1

### PROJETO DE LEI Nº 1.324, DE 2021

(Do Sr. CORONEL CHRISÓSTOMO)

Institui a Política Nacional de *Gamificação* da Educação (PNGE), com objetivo de estabelecer o uso de jogos eletrônicos como prática pedagógica docente e aprimorar o processo de aprendizagem na rede de educação básica brasileira.

**Autor:** Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO

**Relator:** Deputado KIM KATAGUIRI

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1324 de 2021, de autoria do Deputado Coronel Chrisóstomo, institui a Política Nacional de *Gamificação* da Educação (PNGE), com objetivo de estabelecer o uso de jogos eletrônicos como prática pedagógica docente e aprimorar o processo de aprendizagem na rede de educação básica brasileira.

A iniciativa tem objetivo de incorporar o uso de jogos eletrônicos — analógicos e digitais — como ferramenta pedagógica na educação básica brasileira. A proposta busca modernizar os métodos de ensino, aumentar o engajamento dos estudantes e reduzir a evasão escolar, aproveitando tecnologias já familiares ao público jovem. O texto define *gamificação* como o uso da dinâmica de jogos em atividades educacionais, independentemente de conectividade à internet, e propõe que o Ministério da Educação regule a política, definindo critérios, metas e estratégias.

O Projeto de lei tramita em regime ordinário (Art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (Art. 24, II, RICD), tendo sido distribuído às



\* C D 2 5 2 7 3 4 3 5 5 8 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 25/11/2025 12:26:49.857 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 1324/2021

PRL n.1

Comissões de Educação, de Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), nessa ordem.

Na Comissão de Educação foi aprovado parecer do Relator, Dep. General Peternelli (PSL-SP), na forma de Substitutivo.

O Projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

É o Relatório.

### II – VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a Norma Interna prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da Norma Interna da CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da Norma Interna prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu



\* C D 2 5 2 7 3 4 3 5 5 8 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 25/11/2025 12:26:49.857 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 1324/2021  
PRL n.1

conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da Norma Interna da CFT determina que se deve concluir no voto final que a comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

Da análise do projeto, observa-se que a proposição original apresenta um capítulo específico que trata do suporte técnico e financeiro, prestado pela União aos estados, Distrito Federal e municípios, para viabilizar a PNGE. Tal suporte, viabilizado por meio de despesas públicas, enquadra-se como despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC, nos termos do art. 17 da LRF. De tal modo, precisa ser instruído com estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. Ademais, precisa também atender às exigências do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “*a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.*” Tais pontos não foram considerados no texto original.

Por sua vez, o Substitutivo aprovado na Comissão de Educação contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

No Substitutivo da CE também houve adequação à LRF, na medida em que não cria despesa de execução imediata, dando ao gestor público a faculdade de agir observadas suas limitações orçamentárias. Não impõe obrigações adicionais que pressionem os gastos públicos, mas apenas viabiliza a PNGE dentro do contexto fiscal dos entes públicos.

A proposição dá, assim, caráter de legalidade à política pública. E, conforme o princípio da legalidade, o gestor público não pode inovar na administração da coisa

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744  
dep.kimkatguiiri@camara.leg.br  
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252734355800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiiri



\* C D 2 5 2 7 3 4 3 5 5 8 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 25/11/2025 12:26:49.857 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 1324/2021

PRL n.1

pública, mas fazer aquilo que a lei o permite. Assim esse projeto de lei age como instrumento de liberdade para o gestor público que, conforme sua capacidade orçamentária, pode instalar o programa em sua unidade, melhorando a qualidade do ensino, com as melhores ferramentas que tiver acesso.

Em face do exposto, **voto pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL 1324/2021, na forma do substitutivo do Substitutivo da Comissão de Educação.**

Sala das sessões,      de      de 2025.

**Kim Katagui**  
**UNIÃO – SP**



Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744  
dep.kimkatgui@camara.leg.br  
CEP 70160-900 - Brasília-DF

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252734355800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagui



\* C D 2 5 2 7 3 4 3 5 5 8 0 0 \*